

ANEXO VI**REQUERIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DO TERMO DE
CIENCIA E RESPONSABILIDADE COM EFEITO DE ALVARÁ
PROVISÓRIO – MEI PARA ATIVIDADE DE BAIXO GRAU DE RISCO**

1. IDENTIFICAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL				DATA DA EMISSÃO:	
Nome Empresarial:			CNPJ:		
Nome do Empresário:					
2. ATIVIDADES ECONÔMICAS					
PRINCIPAL				Cód. Ativ. Econômica	
01-Secundária					
02-Secundária					
03-Secundária					
04-Secundária					
05-Secundária					
06-Secundária					
07-Secundária					
08-Secundária					
3. ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE/DOMICÍLIO FISCAL					
Rua, Avenida, Praça, etc.			Nº.		Bairro:
Complemento (quadra, bloco, lote, etc.)				Cidade:	
Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:		E-mail:
4. ENDEREÇO PARA CORRESPONDENCIA (Preencher apenas quando o endereço for diferente do campo 3)					
Rua, Avenida, Praça, etc.			Nº.		Bairro:
Complemento (quadra, bloco, lote, etc.)				Cidade:	
Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:		E-mail:
5. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES					
Titular ☐		Procurador ☐		Data da Informação	CPF
Nome:					

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações contidas neste requerimento.

Porto Velho-RO, ____/____/____.

Contribuinte ou Representante Legal

**REQUERIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DO TERMO DE
CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE COM EFEITO DE ALVARÁ
PROVISÓRIO – MEI PARA ATIVIDADE DE BAIXO GRAU DE RISCO**

**MODALIDADE: ATENDIMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
FAZENDA – SETOR DE PROTOCOLO DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO
CONTRIBUINTE**

➤ Documentos Necessários

- a) Cópia do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório;
- b) Comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Carteira de Identidade, cópia e original para conferência;
- d) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física (CPF), cópia e original para conferência;
- e) Comprovante de endereço residencial do MEI, cópia e original para conferência;
- f) Comprovante de endereço do local do exercício das atividades do MEI;
- g) Certidão Informativa do Imóvel, nos casos de imóvel não cadastrado no Cadastro Imobiliário do município;
- h) Contrato de compra e venda, se próprio (caso não figure no Cadastro Imobiliário como proprietário, compromissário ou posseiro);
- i) Contrato de locação com firma reconhecida, se alugado;
- j) Declaração de cessão do imóvel com firma reconhecida, se cedido;
- k) Outros documentos a juízo da autoridade administrativa com o fim de resguardar o interesse público, através de atos normativos.

➤ OBS.:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência.
- b) O cumprimento integral das exigências constantes deste requerimento é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o procedimento de Ação Fiscal.